



DIVERSIDADE NO ENSINO SUPERIOR: ORGANIZAÇÃO, MISSÕES E GRAUS ACADÉMICOS

Pedro Lourtie, Presidente do Conselho Geral

Sessão Solene de Abertura do Ano Letivo 2016/2017

16 de novembro de 2016

ESCOLA SUPERIOR DE TURISMO E TECNOLOGIA DO MAR

Peniche

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA
ABERTURA DO ANO LETIVO DE 2016/2017

**DIVERSIDADE NO ENSINO SUPERIOR: ORGANIZAÇÃO,
MISSÕES E GRAUS ACADÉMICOS**

Pedro Lourtie, Presidente do Conselho Geral

- Introdução
- Evolução no pós-II Guerra Mundial
- Desenvolvimento de sistemas binários
- Diversidade e diferenciação no ensino superior
- Articulação com a envolvente e perfis institucionais
- Evolução da natureza do doutoramento
- Doutoramento nos politécnicos
- Conclusão
- Referências principais

16 DE NOVEMBRO DE 2016



Introdução

A diversidade é um tema recorrente nas discussões sobre o ensino superior e geralmente considerada como necessária ao bom desempenho do sistema. No entanto, quando se aprofunda a discussão sobre o assunto, as ilações que se tiram para a organização e para as políticas de ensino superior não são consensuais.

Após a II Guerra Mundial, prolongando-se sobretudo pelos anos 60 e 70 do século XX, encontramos desenvolvimentos que podemos classificar como fenómenos de diversificação, designadamente com a criação de instituições diferentes das tradicionais universidades, surgindo os sistemas designados por binários. Mas o Mundo não parou nos anos 70 e as missões dessas instituições evoluíram.

As formações oferecidas pelas instituições de ensino superior também evoluíram. A orientação profissionalizante de formações iniciais foi-se progressivamente estendendo a mestrados e também a doutoramentos. Embora esta tendência possa ter sido acelerada pelo Processo de Bolonha, pelo menos

em alguns países europeus, já se podia verificar antes da sua implementação e nada indica que não tivesse continuado.

A diversificação dos perfis para o mesmo grau formal é acompanhada de uma aproximação, nos sistemas binários, da oferta de ambos os subsistemas. É o que se tem chamado de deriva académica dos politécnicos e deriva profissionalizante das universidades, claras em Portugal, mas igualmente existentes na Europa. Assim, são cada vez mais as instituições politécnicas, universities of applied sciences ou com outra qualquer designação, que têm a capacidade legal e efetiva de conferir todos os graus académicos, incluindo o doutoramento.

A diversidade precisa de ser questionada, não como um fim em si, mas como um instrumento ao serviço do desenvolvimento. Clarificando que diversidade é essa que serve o desenvolvimento socioeconómico do país.

Evolução no pós-II Guerra Mundial

Os anos após a II Guerra Mundial foram de grandes mudanças na Europa. São anos de democratização, do baby boom, das Trente Glorieuses, do embrião do que viria a ser a União Europeia. É também um período fértil de mudanças na educação em geral e de expansão do ensino superior, embora com ritmos diferentes consoante o país, como se pode constatar pela comparação entre Portugal e países como a França ou o Reino Unido.

A expansão do ensino superior, envolvendo uma progressiva democratização do acesso à formação superior, é uma resposta à necessidade de quadros, tanto do setor público, como do setor industrial, e a generalização da convicção de que a qualificação da mão-de-obra é essencial ao desenvolvimento. A democratização da sociedade desbloqueou as aspirações

das classes menos escolarizadas, induzindo um aumento da procura de ensino superior, tal como se veio a verificar em Portugal após o 25 de abril.

No pós-guerra existia um grande número de desmobilizados, ainda jovens, que tinham sido forçados a interromper estudos e que tinham adquirido conhecimentos e competências durante o seu serviço militar. Para dar resposta às suas necessidades encontram-se iniciativas de creditação de competências e de formação visando a sua reinserção na vida civil.

O resultado é a diversificação na formação, incluindo a introdução de novas áreas de formação no ensino superior ou a nível pós-secundário.

Desenvolvimento de sistemas binários

Neste contexto, em vários países, são criadas instituições de ensino superior de natureza diferente das tradicionais universidades, nalguns casos resultando de instituições pré-existentes, mas que não tinham anteriormente estatuto de ensino superior.

É exemplo a criação, ou formalização, no Reino Unido, nos anos 60, dos Polytechnics que mais tarde vieram a ser incluídos no setor universitário em 1992. Estes politécnicos ofereciam formações conferentes de grau académico, mas também outros diplomas que eram igualmente conferidos em Colleges of Further Education, como o Higher National Diploma (HND).

Outro exemplo é a criação em França, também nos anos 60, dos IUT, Instituts Universitaires de Technologie, que tinham uma natureza semelhante, mas que foram incluídos nas universidades. Em paralelo mantiveram-se formações pós-secundárias semelhantes às oferecidas pelos IUT fora do ensino superior, conferindo o Brevet de Technicien Supérieur (BTS). No entanto, quando em França se refere a existência de um sistema binário, trata-se das universidades e das Grandes Écoles, estas últimas muito prestigiadas, em virtude das profissões para que formam.

No início dos anos 70 são também criadas, por exemplo, as Fachhochschulen, na Alemanha, e as Distrikthøgskoler, na Noruega. Em Portugal, os politécnicos surgem em 1973, no quadro da Reforma Veiga Simão, e têm o essencial da sua rede definido no final da década.

As razões frequentemente apontadas para a criação destes subsistemas são a necessidade de dar resposta a novas e diversas necessidades do mercado de trabalho, a dúvidas quanto à capacidade das universidades para oferecer formações mais profissionalizantes, a resposta ao crescimento

da procura social e eventual redução dos custos de formação e o alargamento social e geográfico da oferta formativa.

Ao mesmo tempo que se criavam sistemas binários, outros países diversificavam as formações no âmbito do mesmo tipo de instituições. No Reino Unido aboliu-se o sistema binário em 1992. A Austrália, que criou um sistema binário nos anos 60 e o aboliu nos finais dos anos 80, voltou a criar, nos últimos anos, instituições pós-secundárias fora do sistema universitário, evoluindo de facto para novo sistema de tipo binário.

Mesmo sem abolir o sistema binário, existe a possibilidade de haver instituições que transitam entre subsistemas. É o caso da Noruega onde as høyskoler, university colleges na designação em inglês usada oficialmente, se podem transformar em universidades, havendo já algumas que, desde 2005, o fizeram. No caso português, o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), apenas prevê a reconversão “em instituição de ensino superior com natureza diferente”, no caso de ter “deixado de preencher os requisitos respectivos” (artigo 155º). O que significa que uma universidade pode ser obrigada a reconverter-se em instituto universitário, em escola universitária não integrada ou passar para o subsistema politécnico. Alterações em sentido contrário da prevista na Noruega.

O disposto no RJIES é, claramente, uma penalização. Sendo os requisitos das instituições universitárias mais exigente do que o das politécnicas, designadamente a existência de doutoramentos, este é um sinal, entre outros, da desvalorização do subsistema politécnico face ao universitário. E é a raiz de problemas que dificilmente serão ultrapassados apenas pela afirmação de que ambos os subsistemas têm igual dignidade.

Diversidade e diferenciação no ensino superior

A diversidade é geralmente considerada positiva, designadamente a diversidade de perfis institucionais, na medida em que, por essa via, se dá resposta a necessidades diversas de formação – tanto na perspectiva dos estudantes como dos empregadores –, de prestação de serviços e de investigação, desenvolvimento e inovação. No entanto, a prossecução destes objetivos conduz a duas lógicas distintas: por um lado, para uma resposta de qualidade é necessário assegurar um mínimo de condições institucionais e, não sendo possível assegurá-lo em todas as instituições, é necessário alguma diferenciação das missões; por outro lado, a ligação ao território e ao desenvolvimento regional e local requer uma rede de instituições mais distribuída.

Uma outra dimensão é a diferenciação vertical e horizontal, entendendo-se por diferenciação horizontal a existência de instituições com missões ou perfis institucionais diferentes, mas às quais é atribuído o mesmo valor, enquanto a diferenciação vertical implica uma hierarquia entre as instituições. É difícil, mesmo impossível, evitar que alguma diferenciação vertical se estabeleça, quanto mais não seja pela percepção pública da qualidade de cada instituição. Por outro lado, é muito fácil contribuir para a diferenciação vertical por via do quadro legal.

Finalmente, a diversidade pode resultar de diferenciação externa ou interna. No primeiro caso, através de instituições com perfis institucionais diversos, o que se não verifica apenas em sistemas binários, mas também unitários, e, no segundo caso, através da diferenciação interna das instituições.

No sistema de ensino superior nacional é fácil identificar diferenciação externa, mesmo dentro de cada subsistema. As universidades não têm todas o mesmo perfil institucional, o mesmo se passando com os politécnicos. Mas existe diferenciação vertical que, por mais que se procure afirmar a igual dignidade, não se traduz apenas pela percepção pública, mas por, na lei, os requisitos institucionais e os graus académicos que podem ser conferidos pelo subsistema politécnico serem um subconjunto do universitário. Reforçada pela deriva profissionalizante do subsistema universitário, tão grande ou maior do que a mais referida deriva académica do subsistema politécnico.

A realidade com que nos confrontamos é a de um sistema em que a diferenciação se faz sobretudo pela possibilidade legal de concessão do doutoramento e pelo acesso a determinados financiamentos.

Articulação com a envolvente e perfis institucionais

Uma das finalidades do ensino superior é a formação dos cidadãos, tanto na perspetiva do desenvolvimento pessoal como de resposta às necessidades de profissionais qualificados para o desenvolvimento do país. Tal como são finalidades a produção de conhecimento e a prestação de serviços à sociedade.

Estas finalidades não se limitam a dar resposta direta às necessidades do país, mas através da produção de conhecimento de nível internacional valoriza-se o país e criam-se oportunidades para a internacionalização das instituições, de empresas e de outras entidades nacionais. Assim como através da atração de estudantes estrangeiros também se valoriza o país e as instituições e se contribui para a política externa nacional.

Estas três funções, formação, produção de conhecimento e prestação de serviços, coexistem em todas as instituições de ensino superior, embora possam tomar formas e ter pesos diferentes, formando o perfil da instituição. Ao desenvolver essas funções, cada instituição de ensino superior tem de ter em conta a envolvente na qual se move, nacional, regional ou local, mas também internacional, definindo a sua estratégia.

A política para o ensino superior tem de ter em conta a necessidade de assegurar que há capacidade nacional de formação para dar resposta às necessidades do

desenvolvimento do país, tendo igualmente em conta a procura individual. Mas a resposta às necessidades de formação do país pode ser dada de formas diferentes. Há quem defenda uma maior concentração da oferta, para reforçar massas críticas, e quem penda para uma maior atenção à resposta às necessidades e realidades regionais.

Mas é também política para o ensino superior a promoção da produção de conhecimento e da prestação de serviços qualificados que contribuam para o desenvolvimento socioeconómico e para a valorização internacional do país.

Assim, cada instituição tem de equacionar o seu relacionamento a nível internacional, nacional e regional ou local. E este último depende da região onde a instituição se insere. No caso português, não é o mesmo ser politécnico e estar sediado no Porto, em Castelo Branco ou em Leiria, porque as envolventes têm características diferentes. Como não é mesmo ser universidade e estar em Lisboa ou em Vila Real.

As instituições têm de ser diversas para dar resposta à sua envolvente e à política nacional para o ensino superior, tanto num sistema binário como num sistema unitário. E é fácil encontrar exemplos em que o facto de o sistema ser binário é um empecilho para encontrar as melhores respostas institucionais.

Evolução da natureza do doutoramento

O número de doutoramentos e doutores a nível mundial tem crescido rapidamente. Na primeira década do presente milénio, o número de doutoramentos cresceu cerca de 40% nos países da OCDE e em Portugal duplicou. Este crescimento foi acompanhado pelo reconhecimento de que a formação de doutores, embora mantendo o caráter de contributo para o avanço do conhecimento através de uma investigação original, se destina a um mercado de trabalho que ultrapassa a academia, consequência da importância crescente do conhecimento avançado para a competitividade da sociedade.

O Processo de Bolonha, iniciado em 1999, só veio a incluir explicitamente o doutoramento nos seus objetivos com a Conferência Ministerial de Berlim de 2003. Desde então tem sido desenvolvido trabalho tendo em vista a articulação entre países da natureza do doutoramento. Se na tradição europeia o trabalho de doutoramento consistia apenas numa investigação individual, traduzida numa dissertação científica, a maioria inclui atualmente também uma parte curricular e verifica-se a tendência para uma maior atenção ao desenvolvimento de competências, em consonância com o alargamento do mercado de trabalho dos doutorados.

No Reino Unido há mais de 20 anos que existe, para além do Ph.D. e em algumas instituições, o chamado doutoramento profissional (Professional Doctorate – ProfDoc) que tem como finalidade, de acordo com o Economic and Social Research Council do Reino Unido, dar um contributo tanto para a teoria como para a prática no domínio e desenvolver prática profissional através de um contributo para o conhecimento profissional. A distinção da designação do grau tem sido contestada a nível da Europa continental e, no Reino Unido, outros doutoramentos com essa mesma finalidade conduzem à outorga de Ph.D., dependendo da instituição que o atribui.

A natureza do doutoramento tem vindo a evoluir a um ritmo muito significativo, abarcando maioritariamente uma parte curricular e diversificando o tipo de investigação realizada, incluindo frequentemente a ligação ao tecido socioeconómico e tendo como objetivo conferir competências necessárias à inserção do doutorado num mercado de trabalho dentro e fora da academia.

Doutoramento nos politécnicos

A evolução da natureza do doutoramento, com finalidades e saídas profissionais mais diversificadas, conjugada com a qualificação do pessoal docente e o investimento na investigação, desenvolvimento e inovação por parte das instituições politécnicas, levam a que a possibilidade destas instituições poderem outorgar o doutoramento seja um passo natural. É esta a evolução que se identifica nos sistemas binários europeus, mesmo que ainda haja os sistemas que resistem a esta tendência.

A evolução tem formas diferentes em diferentes países: na Suécia os university colleges podem ser autorizados a conferir o doutoramento; na Irlanda, não só os institutes of technology podem ser autorizados a conceder o doutoramento, como se

podem associar e constituir technological universities; e na Noruega, os university colleges não só podem ser autorizados a conferir o doutoramento, como podem transformar-se em universidade. Se a Holanda ainda resiste a esta tendência, mesmo na Alemanha já foi recentemente autorizado o primeiro doutoramento numa Fachhochschule.

Com a evolução da qualificação do corpo docente e o desenvolvimento da investigação e da prestação de serviços qualificados, a possibilidade dos atuais politécnicos virem a conferir o grau de doutor, qualquer que seja a forma legal de que essa evolução se revista, é um caminho natural e inevitável a mais ou menos curto prazo.

Conclusão

A discussão sobre os caminhos futuros do ensino superior português pode passar pela rede de oferta formativa que devemos ter, pelos incentivos à cooperação entre as instituições, pelas formas de assegurar o financiamento do ensino superior, sobre a relação entre ensino público e privado, sobre se o sistema deve ser unitário ou binário ou, ainda, binário mas com transição entre subsistemas, etc. Pode mesmo passar pela forma como deve ser atribuída a capacidade legal de outorgar o doutoramento aos atuais politécnicos.

Mas a evolução que se assiste nos vários sistemas binários europeus, conjugada com a abertura dos objetivos dos doutoramentos realizados na Europa e um mercado de

trabalho para doutorados mais diversificado, aponta para que a outorga do grau de doutor pelas atuais instituições politécnicas seja uma evolução natural.

Para além de natural, pode ser um instrumento de promoção de maior cooperação entre instituições, designadamente para, em conjunto, satisfazer as condições necessárias à acreditação de um programa de doutoramento, tanto no que se refere à investigação realizada, como à qualificação do corpo docente. E confere uma capacidade negocial com instituições universitárias, nacionais ou estrangeiras, para melhor adequação dos programas doutorais aos seus objetivos e estratégias.

Referências principais

(consultadas explicitamente para a elaboração do texto)

Santiago, P.; Tremblay, K.; Basri, E.; and Arnal, E.; *Tertiary Education for the Knowledge Society*, Volume 1, OCDE, 2008.

Curaj, A.; Scott, P.; Vlasceanu, L.; Wilson, L (eds), *European Higher Education at the Crossroads: Between the Bologna Process and National Reforms*, Springer, 2012.

Reichert, S.; *Institutional Diversity in European Higher Education: Tensions and challenges for policy makers and institutional leaders*, EUA, 2009.

Figueiredo, H.; *O sistema de ensino superior português à entrada da idade adulta: diversidade ou hierarquização*, in Estado da Educação 2015, CNE, 2016.

Auriol, L.; Misu, M. and Freeman, R. A.; *Careers of Doctorate Holders: Analysis of Labour Market and Mobility Indicators*, OECD Science, Technology and Industry Working Papers, 2013/04, OECD Publishing, 2013.



Pedro Lourtie, nasceu em Lisboa, em 1946.

É Licenciado pelo Instituto Superior Técnico (IST), M.Sc. e Ph.D. pela Universidade de Manchester (UK).

Aposentado desde 2013, lecionou no IST, na Escola Náutica Infante Dom Henrique, na Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, na Universidade Agostinho Neto, na Universidade de Aveiro e na Universidade de Lisboa.

É Diretor da ISTPress, Presidente do Conselho Geral do Politécnico de Leiria e membro do Conselho Geral da UTAD.

Realizou missões nos PALOP para a Cooperação Portuguesa, PNUD e UNESCO, entre 1983 e 1996. Foi responsável no IST pela cooperação com Cabo Verde (1991/1996). Coordenador da Equipa Multidisciplinar para apoio à criação da Universidade de Cabo Verde (2004/2006). Consultor do Governo de Cabo Verde no âmbito do Ensino Superior (2008/2015). Foi consultor para a elaboração da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (2010) e do Plano Nacional de Formação de Quadros (2012) de Angola.

Foi Presidente do Comité de Educação da UE (primeiro semestre 2000). Participou na redação da Declaração de Bolonha (1999) e foi autor do relatório à Conferência Ministerial de Praga (2001).

Foi Presidente da Direção do Sindicato Nacional do Ensino Superior (1990/1996).

Foi Diretor-Geral do Ensino Superior (1996/2000) e Secretário de Estado do Ensino Superior (2001/2002).